

o registro de preços para execução de calçadas em ladrilho hidráulico, rampas de acessibilidade e muro de fechamento.

A petição foi apresentada em 11/11/2021, enquanto foi estipulado o dia 17/11/2021 como data da entrega dos envelopes.

Referido representante alega, em síntese, que o edital em apreço se encontra com vícios e irregularidades insanáveis, em face da exigência de qualificação técnica requerida no item 7.1.5, que considera exacerbada e com caráter restritivo, acrescentando que causa estranho as condições técnicas, pois os serviços pretendidos são de baixa complexidade, ainda mais por se tratar de uma Ata de Registro de Preços, onde consta, no seu item 16.2, que o Município não se compromete na utilização da mesma, podendo até cancelá-la, ou promover licitação específica, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso por parte da detentora.

Dessa forma, requer a concessão de liminar e consequente suspensão da licitação, e ao final adotadas as devidas medidas corretivas.

É o relatório.
DECIDO.
Analisando a Representação oferecida, verifico, a princípio, que se destaca possível afronta à Lei 8666/93 e à jurisprudence deste Tribunal.

A meu ver, os pontos questionados merecem uma análise prévia, sob pena de eventual afastamento de potenciais interesses e consequente comprometimento do certame.
Diante do exposto, recebo a matéria como Exame Prévio de Edital, determinando a imediata paralisação da licitação em tela até ulterior deliberação por esta Corte.

Fixo o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que a PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE apresente as justificativas e documentos que tiver sobre o assunto.
Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES
EXPEDIENTE:TC-002090026/21
PROCESSOS:TC-036200026/14
TC-036190026/14
TC-036190026/14
RECORRENTES:Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP; Ildio San Martin Machado; Idel Sussone Villela; Admar Donizete Ferro.

ASSUNTO:Preço Presencial. Contratos celebrados em 22/09/2014 com Consórcio STTB – Unidades Múltiplas e PRO-MPE Região Leste (constituído pelas empresas: PRO-JECTO Gestão, Assessoria e Serviços Ltda. e MPE Engenharia e Serviços S/A), Termo de Rescisão. Termo de Quitação. Objeto dos ajustes: Prestação de serviços de gestão, abrangendo a execução integrada dos serviços de implantação, operação, manutenção e fornecimento de unidade móvel do Poupatempo para operar nas regiões oeste, norte e leste, nos municípios de Rancheira, Jardimópolis e Santa Branca.

RESPONSÁVEL:Ildio M. Machado (Superintendente de Novos Projetos), Cristina Aragão Onaga (Assistente Administrativa), Admar Donizete Ferro, Flávio Capelletti Junior (Diretor de Serviços aos Cidadãos), Tânia Virginia S. Andrade (Superintendente de Operações).

EM EXAME:Recurso Ordinário contra Acórdão da Segunda Câmara, sessão de 06/06/2017.

ADVOGADOS:Denis Gustavo Ermini (OAB/SP nº 223.343), Nathalia Calil Cera (OAB/SP nº 221.440), Maria Clara Osuna Diaz Falavigna (OAB/SP nº 96.362), José Paschoale Neto (OAB/SP nº 31.484) e outros.

Deferir prazo de 03 dias para vista e extração de cópia dos autos em Cartório.

Junte-se o presente Expediente aos processos em epígrafe. Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES
Processo:TC-006891.989.21-2
Principal:TC-007112.989.20-7 (Contas de Prefeitura - 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Miracatu – Advogada: Herly Carvalho Costa, OAB/SP nº 364.123.

Responsável: Vinicius Brando de Queiroz – Prefeito
Matéria: Fiscalização Ordenada – Exercício de 2021
Em exame: III Fiscalização Ordenada – Obras Paralisadas
Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem NOTIFICADA a tomar ciência do relatório da III Fiscalização Ordenada, dedicada à verificação de obras paralisadas (evento 32) para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará de item específico quando da análise por este Tribunal das contas relativas à competência de 2021, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo:TC-007283.989.21-8
Principal:TC-007228.989.20-8 (Contas de Prefeitura - 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Pitangueiras – Advogados: Adilson Gallo, OAB/SP nº 122.178; Ana Maria Bento, OAB/SP nº 228.978; Victor Luchini, OAB/SP nº 247.325; Erika Pedrosa Padilha, OAB/SP nº 251.561 e Carlos Alberto Salerno Neto, OAB/SP nº 286.937.

Responsável: Marcos Aurélio Soriano – Prefeito
Matéria: Fiscalização Ordenada – Exercício de 2021
Em exame: III Fiscalização Ordenada – Obras Paralisadas
Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem NOTIFICADA a tomar ciência do relatório da III Fiscalização Ordenada, dedicada à verificação de obras paralisadas (evento 47) para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará de item específico quando da análise por este Tribunal das contas relativas à competência de 2021, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo:TC-0000932.989.21-3
Processo Principal:TC-00006821.989.20-9 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Igaratá (CNPJ nº 46.634.147/0001-20)

Advogado: Luan Aparecido de Oliveira (OAB/SP nº 387.051)
Interessado: Elzo Elias de Oliveira Souza – Prefeito
Advogados: Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 242.953) e Yuri Marcel Soares Oota (OAB/SP nº 305.262)

Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021

Em exame: Fiscalização referente ao mês de outubro de 2021 (evento 113)
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.
Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo:TC-00001244.989.21-6
Processo Principal:TC-00007201.989.20-9 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Ibiúna (CNPJ nº 46.634.531/0001-37)

Interessado: Paulo Kenji Sakaki – Prefeito
Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021

Em exame: Relatório da Fiscalização referente ao mês de outubro de 2021 (evento 193)
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo:TC-00001500.989.21-5
Processo Principal:TC-00007183.989.20-1 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Boituva (CNPJ nº 46.634.499/0001-90)

Interessado: Edson José Marcusso – Prefeito
Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021

Em exame: Relatório de Fiscalização referente ao mês de outubro de 2021 (evento 162)
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo:TC-00001856.989.21-5
Processo Principal:TC-00007310.989.20-7 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Piracicaba (CNPJ nº 46.341.038/0001-29)

Advogados: Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo Santos (OAB/SP nº 69.842); Renato Alves de Oliveira (OAB/SP nº 277.391)

Interessado: Luciano Santos Tavares de Almeida – Prefeito
Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – exercício de 2021

Em exame: Fiscalização referente ao mês de outubro/2021 (evento 172)
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo:TC-000179.989.20-4
Responsável: Izael Antonio Fernandes – Prefeito
Matéria: Contas de Prefeitura
Exercício: 2020

Em exame: Evento 83: Pedido de prorrogação de prazo por 15 dias formulado pela Prefeitura de Adolfo por meio de seu advogado.

Advogados: Willians Kester Millan (OAB/SP nº 309.947) e Wagner Cesar Galdioli Polizel (OAB/SP nº 184.881).

Concedo 15 (quinze) dias adicionais para cumprimento do despacho inserido no evento 69.

Publique-se.
Processo:TC-00001887.989.21-8
Processo Principal:TC-00006975.989.20-3 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras (CNPJ nº 46.371.654/0001-22)

Advogado: Jorge Alberto Galimberti (OAB/SP nº 238.358)

Interessado: Jose Cretenin Bussaglia
Advogado: Luis Felipe Alves (OAB/SP nº 344.531)

Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021

Em exame: Relatório de Fiscalização referente ao mês de outubro de 2021 (evento 220)
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo:TC-002888.989.20-9
Órgão: Prefeitura Municipal de Meridiano
Advogada: Graziela Calegari de Souza (OAB/SP nº 243.646)

Responsável: Maicon Fabiano de Oliveira – Prefeito à época
Matéria: Contas de Prefeitura
Exercício: 2020

Interessada: Marcia Cristina Adriano de Lima – Prefeita

Em exame: Evento 69: Pedido de prorrogação de prazo por 30 dias formulado pelo Município de Meridiano por meio de sua Prefeita.

Concedo 15 (quinze) dias adicionais para cumprimento do despacho inserido no evento 65.

Publique-se.
Processo:TC-006704.989.20-1
Órgão: Prefeitura Municipal de Águas da Prata
Responsável: Regina Helena Janizelo Moraes

Matéria: Contas de Prefeitura – Relatório referente ao 2º Quadrimestre

Exercício: 2021

Advogados: Luciene Tsuchiya Lima (OAB/SP nº 278.365); Moacir Fernando Theodoro (OAB/SP nº 291.141) e Adolpho Augusto Lima Azevedo (OAB/SP nº 374.937).

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem notificada a tomar ciência do relatório da Fiscalização referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2021 (evento 48) para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará do relatório final da Fiscalização relativo à competência de 2021, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo:TC-006729.989.20-2
Órgão: Prefeitura Municipal de Barra do Chapéu

Responsável: Ivani Norberto Pereira Nolasco
Matéria: Contas de Prefeitura – Relatório referente ao 2º Quadrimestre

Exercício: 2021

Advogada: Ariane de Carvalho Leme (OAB/SP nº 377.155)

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem notificada a tomar ciência do relatório da Fiscalização referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2021 (evento 47) para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará do relatório final da Fiscalização relativo à competência de 2021, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo:TC-00003175.989.20-1
Órgão: Prefeitura Municipal de Silveiras (CNPJ nº 45.192.564/0001-01)

Responsável: Guilherme Carvalho da Silva – Prefeito à época

Assunto: Contas de Prefeitura – Exercício de 2020

Com fundamento no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93 c/c artigo 194 do Regimento Interno, NOTIFICO responsável em epígrafe para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do apontado pela Fiscalização (evento 55) e apresente esclarecimentos.

Cumprir registrar que a matéria constará do relatório final da Fiscalização relativo à competência de 2021, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo:TC-006956.989.20-6
Órgão: Prefeitura Municipal de Ribeirão dos Índios

Responsável: José Amauri Lenzi
Matéria: Contas de Prefeitura – Relatório referente ao 2º Quadrimestre

Exercício: 2021

Advogados: Renato de Genova (OAB/SP nº 137.629) e Eduardo Zanotto Bielsa (OAB/SP nº 248.097)

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem notificada a tomar ciência do relatório da Fiscalização referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2021 (evento 44) para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará do relatório final da Fiscalização relativo à competência de 2021, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo:TC-007117.989.20-2
Órgão: Prefeitura Municipal de Naranhita

Responsável: Itamar dos Santos Silva
Matéria: Contas de Prefeitura – Relatório referente ao 2º Quadrimestre

Exercício: 2021

Advogados: Ana Claudia Gerbas Cardoso (OAB/SP nº 131.983) e Rogério Silveira Lima (OAB/SP nº 185.989)

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem notificada a tomar ciência do relatório da Fiscalização referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2021 (evento 52) para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará do relatório final da Fiscalização relativo à competência de 2021, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo:TC-007337.989.21-4
Órgão: Prefeitura Municipal de Arealva

Responsável: Elson Sarunh Barreto
Matéria: Fiscalização Ordenada – Contas Municipais

Em exame: IV Fiscalização Ordenada – Unidades Escolares – Retorno presencial – Exercício de 2021

Processo Principal:TC-007053.989.20-8

Face aos apontamentos da Fiscalização (evento 39), notificação responsável para que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou apresente justificativas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo:TC-00003675.989.20-6

Órgão: Câmara Municipal de São José do Barreiro (CNPJ nº 01.027.716/0001-45)

Responsável: Luis Eduardo Santos Ribeiro – Presidente à época

Em exame: Contas de Câmara – exercício de 2020
Face aos apontamentos da Fiscalização (evento 17), com fundamento no inciso III do artigo 30 da Lei Complementar nº 709/93, bem como no inciso XIII do artigo 49 do Regimento Interno desta Corte, NOTIFICO responsável em epígrafe para que, observado o prazo de 30 (trinta) dias, tome conhecimento dos autos e apresente alegações de interesse.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo:TC-010527.989.21-4
Contratante: Prefeitura Municipal de Guarulhos

Responsáveis: Gustavo Henrique Costa – Prefeito
Michael Rodrigues de Paula – Secretário Municipal de Saúde

José Mario Stranghetti Clemente – Secretário Municipal de Saúde

Ana Cristina Kantzows da Silva – Secretária Municipal de Saúde à época

Organização Social: Instituto de Desenvolvimento de Gestão Tecnologia e Pesquisa em Saúde e Assistência Social – IDGT
Responsáveis: Joyce Gonçalves de Oliveira – Presidente
Em exame: Prestação de contas de 2021 – rel.: Contrato de gestão nº 102/2019-FMS.

Advogados: Antonio Carlos Zovini de Barros Fernandes (OAB/SP nº 231.360); Edma dos Santos Silva (OAB/SP nº 320.221); Jose Americo Lombardi (OAB/SP nº 107.319); Roseley de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850) e Aline Grazielle Fletas Cano (OAB/SP nº 351.475)

Face aos apontamentos da Fiscalização (evento 27), com fundamento no artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, notificação responsável em epígrafe para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, pronunciarem-se nos autos.

Tratando-se de processos eletrônicos, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo:TC-00004547.989.21-0 (Prestação de Contas 2021)

Processo Principal:TC-00001341.989.21-8 (Contrato de Gestão)

Contratante: Prefeitura Municipal de Caraguatatuba (CNPJ nº 46.482.840/0001-39)

Advogado: Marcia Paiva de Medeiros Pinto (OAB/SP nº 125.455)

Responsável pela Contratante: José Pereira de Aguiar Junior – Prefeito

Organização Social: Instituto de Desenvolvimento de Gestão Tecnologia e Pesquisa em Saúde e Assistência Social – IDGT (CNPJ nº 67.642.496/0001-78)
Responsável pela Contratada: Joyce Gonçalves de Oliveira – Presidente

Gerenciação: Centro Integrado - CIAPI - Instituto de Desenvolvimento de Gestão Tecnologia e Pesquisa em Saúde e Assistência Social (CNPJ nº 67.642.496/0002-59)

Objeto: Contrato de Gestão s/nº. Atendimento de pessoas com deficiência e idosos do centro-dia e centro de convivência localizado no CIAPI - Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência e ao Idoso.

Em exame: Relatório de Acompanhamento de Execução de Repasses ao Terceiro Setor – período de 01/01/2021 a 30/06/2021 – evento nº 28.

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem notificada a tomar ciência do relatório da Fiscalização referente ao 1º semestre do exercício de 2021 (evento nº 28) para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará do relatório final da Fiscalização relativo à competência de 2021, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo:TC-00006884.989.20-3
Órgão: Prefeitura Municipal de Nantes (CNPJ nº 45.735.479/0001-42)

Advogado: Flávio José de Azevedo (OAB/SP nº 343.468)